

A variação léxico-semântica e o ensino do português guineense

Segunda Cá

Universidade Federal de Paraná, Brasil

Alexandre António Timbane

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira,
UNILAB, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2021.39/pp.129-152>

Resumo

O português chegou à Guiné-Bissau por meio do processo de colonização. A partir daí iniciou o processo de variação e de mudança resultado do contato entre o português e as diversas línguas étnicas. O crioulo (o guineense) é resultado desse contato. O português guineense é uma variedade do português. Sendo o português guineense uma forma peculiar do uso do português, de onde provêm as palavras que o enriquecem? É uma pesquisa de campo que consistiu na coleta de dados por meio de entrevista a 16 guineenses. As entrevistas permitiram identificar empréstimos próprios da variedade em parte empréstimos lexicais provenientes do crioulo e também das línguas autóctones. Da pesquisa se conclui que os empréstimos ocorrem por não existir uma palavra equivalente em português ou ainda por questões de identidade. Muitos aspectos da cultura podem ser compreendidos e interpretados por meio da língua. É importante valorizar e reconhecer o português guineense como uma variedade, tal como outras variedades presentes na lusofonia, havendo necessidade de criação de um dicionário que contribuirá para uma educação sem preconceito.

Palavras-chave: português guineense; léxico; semântica; variação; ensino.

Abstract

The Portuguese arrived in Guinea-Bissau through the colonization process. From then on, he started the process of variation and change resulting from the contact between Portuguese and the different ethnic languages. Creole (Guinean) is the result of this contact. Guinean Portuguese is a variety of Portuguese. Guinean Portuguese being a peculiar way of using Portuguese, where do the words that enrich it come from? It is a field research that consisted of collecting data through interviews with 16 Guineans. The interviews made it possible to identify loans belonging to the variety, partly lexical loans from Creole and also from native languages. The research concludes that the loans words occur because there is no equivalent word in Portuguese or because of identity issues. Many aspects of culture can be understood and interpreted through the language. It is important to value and recognize Guinea-Bissau Portuguese as a variety, as well as other varieties present in Portuguese-speaking countries, with the need to create a dictionary that will contribute to an education without prejudice.

Keywords: guinean portuguese; lexicon; semantics; variation; teaching.

Introdução

A Guiné-Bissau apresenta uma grande diversidade cultural e linguístico. Segundo Couto e Embaló (2010, p. 28), “no pequeno território da atual Guiné-Bissau são faladas cerca de vinte (20) línguas, muitas delas pertencentes a famílias diferentes”. Cada uma das línguas pertence a um grupo étnico estritamente localizado em território guineense e o nome da etnia coincide com o nome da língua.

As fronteiras linguísticas extrapolam as fronteiras geopolíticas, o que significa que há línguas faladas na Guiné-Bissau que também são faladas nos países

vizinhos. É o caso das línguas mandinga, mankanya e balanta no Senegal (CISSE, s.d.). Os grupos étnicos possuem culturas, tradições, costumes e hábitos diferentes, o que torna o povo da Guiné-Bissau rico socio-culturalmente, utilizando diversas línguas e práticas sociais que constituem patrimônio imaterial da humanidade. Há que realçar a normalidade de cada indivíduo fala duas ou mais idiomas. O multilinguismo é um fenômeno normal neste país.

Para além das línguas do grupo bantu¹ faladas na Guiné-Bissau também se fala o **guineense**² que é uma língua africana de base lexical portuguesa falada por 90,4%, segundo dados do último Recenseamento do Instituto Nacional de Estatística – INE (2009, p. 38). Os dados do INE apontam que o português, mesmo sendo a língua oficial, é falada apenas por 27,1%, o que é pouco para uma nação que alcançou a independência há 45 anos. Ao nosso ver, a atitude de valorizar o guineense ao invés de português por parte da população revela a resistência face à imposição da política linguística feita pelos Governos guineenses desde 1974. A presença do guineense na vida dos guineenses é mais visível.

Quarenta e cinco anos após a independência, o não uso das línguas locais no ensino continua sendo um enigma, como se as línguas locais fossem incapazes de transmitir conhecimentos. Descartar as línguas africanas em contexto bissau-guineense é desperdiçar um potencial instrumento de comunicação, importante para grupos populacionais locais. Outro elemento importante a avançar se relaciona ao que Timbane (2019) designa como formação de analfabetos funcionais. A Guiné-Bissau continua incentivando uma metodologia baseada na pedagogia colonial, valorizando a quantidade, sem pautar na qualidade de ensino que se baseia numa pedagogia culturalmente sensível. (Bortoni-Ricardo, 2004). Em muitos momentos, o Governo vê o financiamento na educação como um gasto para o Estado e não como um investimento a médio ou longo prazo, pois os cidadãos precisam ficar livres do analfabetismo real e funcional.

Nas escolas, os professores se esforçam em pronunciar tal como em Portugal(sotaque português), ensinam com base na gramática e dicionário elaborados por portugueses, o que de certo modo valoriza a variedade europeia

1. Sabe-se que as línguas africanas se dividem em quatro grandes famílias (e sub-famílias): **afro-asiáticas** (subfamílias: semítica, egípcia, cushítica, berber e chádica), **nilo-saariana** (subfamílias: shonghai, saariana, maban, fur, chari-nilo, koman), **congo-kordofaniana** (sub-famílias: niver-congo e kordofaniana) e **khoisan** (subfamílias: khoi, san, sandawe, iraqw, hatsa) (Ngunga, 2015, p.32).

2. Por questões de política linguística de autoafirmação, passaremos a chamar de guineense, o crioulo falado na Guiné-Bissau. Entendemos que a palavra crioulo é genérico, daí que é necessário indicar um nome específico para língua, tal como temos o caboverdiano (em Cabo verde), o foro, angolar, são-tomense e principense (em são Tomé e príncipe) ou ainda fá d'ambô e pichi (na Guiné-Equatorial), segundo Levski & Timbane (2020).

do português. A Sociolinguística mostra que a língua varia e muda impulsionado pelas variáveis sociais e linguísticas, o que nos leva a crer que os guineenses falam como guineenses e não como portugueses. A tentativa de ensinar a variedade europeia do português desconsidera a variedade local que se manifesta no cotidiano. Por exemplo, em nível do léxico, uma palavra como “autocarro” é conhecida pelos guineenses como “toca-toca”. Negar esta realidade, seria “tapar o Sol com a peneira” porque a variedade guineense do português apresenta peculiaridades em nível semântico, morfológico, lexical, fonológico, sintático e pragmático. Os professores deveriam ensinar uma variedade local, sem precisar de “imitar” sotaques lisboetas ou madeirenses. Essa tentativa tem resultado em reprovações em massa, para além do preconceito linguístico citado e discutido com pormenor por Namone (2020).

A educação é sempre mais prioritária em sociedades que realmente pretendem acabar com o analfabetismo. Não basta estar escrito na Constituição da República da Guiné-Bissau, (1996), tem que sair do papel para a prática. Timbane (2019) afirma que a culpa pelo insucesso no ensino em línguas africanas já não é dos portugueses. Os portugueses deram a independência à Guiné-Bissau em 1974, após vários anos de luta armada sangrenta, coordenada por Amílcar Cabral e o partido PAIGC, cabendo agora os guineenses tomar suas decisões em prol das suas línguas. É uma injustiça culpar a colonização hoje, pelo fracasso e ameaça de extinção das línguas da Guiné-Bissau porque tudo indica que tivemos mais de quatro décadas para mudar o estado da situação e não o fizemos.

Sendo o português guineense uma variedade do português falado especificamente na Guiné-Bissau e que reflete os contextos locais, achamos interessante estudar uma das características linguísticas mais importantes- o léxico. Por isso que se levantou a seguinte pergunta de partida: sendo o português guineense uma forma peculiar do uso do português na Guiné-Bissau de onde provêm as palavras que enriquecem a variedade em questão?

Os empréstimos provêm das línguas bantu (línguas étnicas) faladas no país; as palavras são incentivadas pelo impacto que as línguas locais se sobrepõe com relação a língua do colonizador.

A pesquisa visa compreender os processos da criatividade lexical do português guineense em contexto multilíngue. Especificamente, a pesquisa visa apresentar a situação sociolinguística da Guiné-Bissau, diferenciar as políticas e planejamento linguístico, discutir os conceitos de léxico e vocabulário, debater as relações entre a norma e a variedade em contexto do português guineense para finalmente apresentar dados e discuti-los. Em termos de abordagem, a pesquisa será qualitativa e os procedimentos seguirão uma pesquisa bibliográfica e de campo.

O instrumento de coleta foi a entrevista dirigida a 16 estudantes guineenses.

A pesquisa é relevante uma vez que ainda há poucos estudos sobre a variedade do português guineense. Estudando este fenômeno saberemos como lidar com a educação na Guiné-Bissau assim como procurar formas de melhorar a qualidade de ensino da LP em todos os níveis de ensino. O mito segundo o qual ‘só em Portugal se fala bem português’ será combatido e conseqüentemente outros preconceitos linguísticos serão rechaçados.

A palavra “guineense” é um neologismo criado para designar o kriol/ crioulo falado na Guiné-Bissau. Vários estudos mostram que a palavra Kriol/Crioulo é um nome genérico havendo a necessidade de atribuir um nome para a língua falada na Guiné-Bissau. Os cabo-verdianos não chamam mais de crioulo, mas sim “cabo-verdiano”. Portanto, o nome “guineense” será usado nesta pesquisa para designar uma língua de base lexical portuguesa e base lexical das línguas bantu faladas no território geopolítico designado Guiné-Bissau (Timbane & Manuel, 2019). Do ponto de vista do uso e pela quantidade de falantes, esta língua deveria ser oficial para que seja possível atender as necessidades comunicativas em espaços onde tiver falantes provenientes de diferentes etnias.

1. Questões de multilinguismo e de políticas linguísticas na Guiné-Bissau

Partimos da ideia de que o português em contexto da Guiné-Bissau é uma língua de origem europeia que hoje pertence aos guineenses. Usámo-la para comunicar entre guineenses de etnias diferentes e especialmente com o mundo lusófono. Por meio do português é possível comunicar com mais de 261 milhões de pessoas em redor do mundo Oliveira (2013), sendo o português a língua oficial de “26 organizações internacionais, entre elas em 5 dos 17 blocos econômicos regionais: União Europeia, Mercosul, SADC, CEDEAO, CEEAC (Oliveira, 2013).

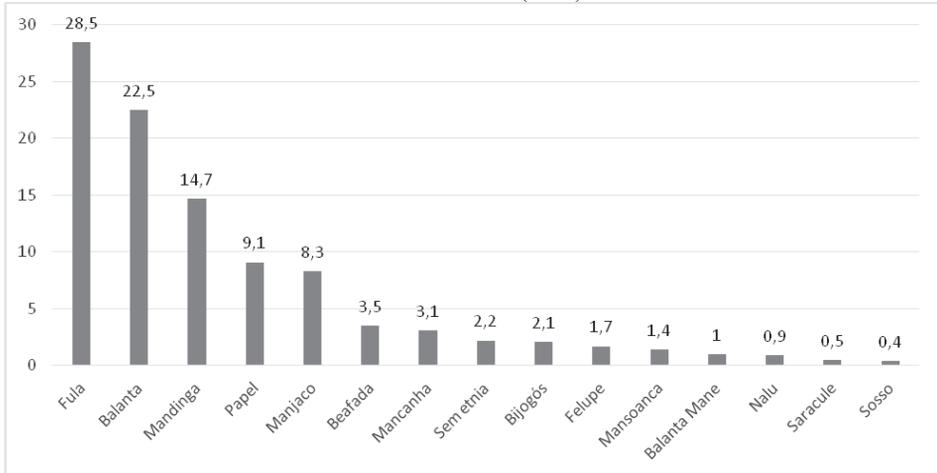
Para além do português os guineenses falam o francês (5,1%), o inglês (2,9%), o espanhol (0,5%) e o russo (0,1%), (INE/GB, 2009). Uma das razões da inclusão destas línguas é a localização geográfica da Guiné-Bissau e o interesse na política linguística. A Guiné-Bissau faz fronteira com países anglófonos e francófonos, o que favorece a comunicação com outros países e nações. A ideia é de realizar intercâmbio com outras nações do mundo, mas com especial atenção países da África Ocidental.

Os dados do INE/GB mostram que as línguas étnicas e o guineense são as mais conhecidas pela maioria da população. A língua oficial é conhecida e aprendida pela camada populacional alfabetizada e por cidadãos que moram na área urbana. Apesar do guineense não ser a língua oficial do país, é a língua do uso cotidiano,

da afetividade, do pertencimento da maioria dos guineenses, independentemente da etnia ou do grupo social. O gráfico a seguir mostra a distribuição das línguas étnicas na Guiné-Bissau

Gráfico 1. Dados de falantes de línguas étnicas em %

Fonte: INE/GB (2009)



É importante salientar que estas línguas apresentadas no Gráfico 1 não são as únicas línguas étnicas faladas no país, porém, são as que ainda possuem maior número dos falantes. Existem outras línguas não citadas que se encontram em vias de extinção, como é o caso de padjadinka, seréré, kassanga Banhus bayotes;

Enfatiza-se que o INE/GB não processou dados das línguas minoritárias porque o questionário não previu conhecer a situação destas línguas. Este é um erro grave para uma nação que está consciente da existência de várias línguas autóctones. Por exemplo, a pergunta 16, do Questionário do recenseamento de 2009 listou várias línguas europeias, mas não citou nenhuma língua da Guiné-Bissau. Para o caso das línguas de origem africana, o questionário indica “Outras”. Sugere-se que nos próximos recenseamentos sejam listadas no questionário todas as línguas africanas existentes no país como forma de compreender a sua real situação sociolinguística. Esse dado nos permitira analisar quais as línguas em vias de extinção, por forma a que se possa estabelecer políticas que visem recuperá-las ou revitalizá-las.

As línguas africanas deveriam ser as principais porque elas dizem respeito à identidade cultural do povo da Guiné-Bissau. A pergunta 15 do INE aborda qual dialeto o cidadão fala. Automaticamente a pergunta nos remete ao colonialismo que considerava as línguas africanas como dialetos. Perguntar ao cidadão

guineense que dialeto fala é complexo. Mesmo para os estudiosos em linguística, as margens ou os limites entre língua e dialeto são extremamente complexos.

Todos esses grupos de línguas minoritárias foram colocados como “Sem etnia”, o que não é possível que esses cidadãos não tenham alguma identidade, sendo guineenses nativos. Por outro lado, levanta-se a hipótese de que é possível que sejam estrangeiros na grande maioria. Ao nosso entender, o INE/GB poderia apresentar todos os dados das línguas e dos grupos étnicos presentes no território de forma exaustiva para que se possa fazer levantamentos e análises que apoiem as línguas autóctones em extinção e/ou em franco crescimento.

O guineense é a língua franca e nacional para a maioria dos cidadãos. Essa é a língua falada pela maioria da população nos seus usos cotidianos e principalmente na capital do país. A escolha do guineense se justifica pelo fato de não pertencer a nenhum grupo étnico, ou seja, é possível afirmar que o guineense é a língua da **unidade linguística**, por ser a única língua que desde a luta da libertação serviu de instrumento de comunicação entre os guerrilheiros e ainda hoje permite e facilita a comunicação entre diferentes grupos étnicos do país. É importante lembrar que Amílcar Cabral utilizou o crioulo para unir Cabo verde e a Guiné-Bissau na luta de libertação.

O português é a língua oficial, mesmo sendo falada por poucos cidadãos (27,1% de falantes). É também a língua de trabalho e do ensino. A escolha do português é meramente política, porque há outras línguas capazes de exercer esse papel que foram excluídas da decisão (Couto & Embalo, 2010).

Na Guiné-Bissau, são poucas famílias que têm o português como a língua materna, ou que a usam no seu cotidiano. Por isso, a maioria das crianças guineenses começa a ter o contato com a língua portuguesa, especialmente nas zonas rurais, só a partir dos seis anos, quando entram no ensino primário. As dificuldades de aprendizagem fazem com que muitos/as professores/as prefiram explicar os conteúdos das aulas em guineense para facilitar o aprendizado desses alunos, já que eles conseguem assimilar melhor os conteúdos nessa língua. Esse ensino bilíngue contribuiu bastante para tornar o ensino mais fácil e compreensível.

Os documentos do Ministério da Educação Nacional (MEN) não orientam que os professores façam traduções nas aulas. É proibido falar uma língua diferente do português nas escolas. É obrigatório o uso do português no recinto escolar e em especial na sala de aula e a norma a seguir, é a norma europeia do português. É aqui onde se observa um grande desafio porque ninguém que nasceu, cresceu e envelheceu na Guiné-Bissau poderá falar tal como se fala em Portugal. É difícil para quem não tem noções teóricas e sociolinguística compreender que entre Bissau-guineenses e portugueses ninguém fala errado, apenas falam diferentes.

Não existe um erro coletivo numa comunidade de fala. O que pode estar ocorrendo é, sem dúvidas, um processo de variação e mudança linguística.

Um estudo denominado *(Des)caminhos do sistema de ensino guineense: avanços, recuos e perspectivas*, da autoria de Leonel V. Mendes, aponta claramente que a língua é um fator primordial no insucesso escolar, especialmente no ensino primário, onde as crianças chegam à escola falando duas ou mais línguas, que são diferentes do português. Mendes (2019) sustenta a necessidade de debate sobre a educação, assim como a adoção de políticas educacionais claras que possam preparar professores para lidar com a realidade sociolinguística e cultural guineense.

A questão das línguas é muito complexa no contexto da Guiné-Bissau, uma vez que é um país com extensão territorial reduzida e **com pouco mais de** duas dezenas de línguas³. A língua sendo instrumento de comunicação e de poder, sempre ocupa um espaço privilegiado em todas as sociedades. Desta forma a língua se liga não apenas a uma etnia⁴, mas também à cultura de uma determinada comunidade linguística.

A situação sociolinguística guineense se torna relevante e desafiante para o sistema educativo, porque a educação é o espaço da transmissão de conhecimentos por meio da língua portuguesa, o que dificulta a aprendizagem de crianças que têm o português como segunda ou terceira língua. A diversidade de línguas na Guiné-Bissau denuncia a diversidade cultural e do multilíngüismo. Isso não pode ser desvalorizado pela política porque diz respeito à identidade e a autoestima de um povo.

Neste ponto abordaremos a política linguística e planejamento linguístico na Guiné-Bissau. Antes de começar as discussões sobre a temática, vamos definir esses dois conceitos de acordo com a perspectiva de Louis-Jean Calvet e Cristine Severo. A escolha destes teóricos se justifica pela farta bibliografia publicada sobre a política linguística Crítica.

Calvet (2007, p. 10) define a **política linguística** como a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade.” É o conjunto das escolhas conscientes e suas relações com os usos na vida de uma sociedade. Essa determinação é feita pela política por meio de leis, decretos ou

3. Não se pode afirmar com exatidão quantas línguas bantu se falam na Guiné-Bissau, porque os recenseamentos não priorizam esta questão. Pesquisadores ainda trabalham para organizar e classificar, porque os conceitos de língua e de dialeto ainda são complexos em contexto africano. O que pode ser dialeto para o linguista pode ser língua para a comunidade de fala. Por causa destas razões, usamos a expressão “com pouco mais de...” para não incorrer no risco de indicar um número que não corresponde à verdade.

4. Para o povo da Guiné-Bissau “etnia” é chamada de “raça”. Por isso quando os guineenses falam de “etnia” utilizam a palavra “raça”.

outros mecanismos disponíveis no funcionamento estatal. Em outras palavras, a política linguística é a decisão ou escolha do Estado em relação ao uso da língua numa situação mono ou multilíngue.

Quanto ao **planejamento linguístico**, Calvet define-o como sendo “a implementação concreta de uma política linguística, de certo modo, a passagem ao ato” (Calvet, 2002, p. 133), ou seja, é a implementação prática dessa escolha da língua pelo Estado. Nas palavras de Severo (2013: 451), a política linguística está voltada

para uma prática de carácter estatal-legislativo, debruçando-se, por exemplo, sobre a oficialização de línguas, a escolha de alfabeto para a representação gráfica de uma língua, a hierarquização formal das línguas (línguas de trabalho, oficiais, nacionais, por exemplo), entre outros (Severo, 2013, p. 451).

Por outro lado, o planejamento seria a “implementação das decisões sobre a língua através de estratégias políticas” (Severo, 2013, p. 451). No contexto guineense, é a política linguística que definiu qual a língua que deve desempenhar a função da oficialidade, embora essa informação não está presente na Constituição, mas está presente na memória social. Segundo Mendes (2019), a língua oficial não precisa ser uma língua representativa, não precisa ser uma língua que representa a cultura de um povo. Apenas precisa ser escolhida pelos políticos. Se a representatividade linguística fosse um critério para escolha da língua, o emakhuwa seria a língua oficial em Moçambique, o kimbundu seria a língua oficial de Angola e o guineense seria a língua oficial na Guiné-Bissau.

Apesar da existência da comunidade surda, nada se discute nem se refere a ela. A língua guineense de sinais é uma língua natural usada pela comunidade surda da Guiné-Bissau e que expressa a cultura surda naquele espaço geográfico. Estamos cientes do fato de que as escolas especiais apenas se localizam na capital e não respondem à preocupação dos alunos surdos que moram na área rural. É preciso refletir sobre a inclusão para que o surdo tenha oportunidades como qualquer guineense, porque “todos somos iguais perante a lei com os direitos iguais independentemente da condição física, sexo, raça, etc.” (Constituição da República da Guiné-Bissau, 1996). Os surdos exigem respeito, igualdade de oportunidades e, sobretudo, a dignidade e isso passa pela educação formal de qualidade acrescido ao uso da língua de sinais.

As escolas e as restantes instituições públicas implementam as decisões de políticas linguísticas. Essa implantação da política linguística se liga ao planejamento linguístico discutido com pormenor por Calvet (2007) e Severo (2003). É de extrema importância ressaltar que a Política Linguística está

intimamente vinculada à estratégia política, porque é uma das formas de facilitar e garantir suas cooperações e relações diplomáticas com outros países. Ao elaborar ou fixar a política linguística de um país, é importante que o governo não só leve em consideração as suas relações diplomáticas com outros países, mas também pense nas realidades socioculturais e linguísticas dos falantes que ali se encontram. Tomar essa atitude significa respeitar as línguas e os povos.

Defendemos que uma política linguística que valoriza as línguas locais está muito avançada com relação à preservação das identidades. A política linguística deve valorizar e respeitar as línguas locais de diferentes grupos linguísticos e refletir sobre as futuras consequências em caso da exclusão de algumas delas. Refletir sobre descrição, criação de materiais literários e o ensino constitui um bom caminho rumo à “independência linguística” que ainda falta em vários países africanos. O historiador de Burkina Fasso, Joseph Ki-Zerbo (1922-2006) em sua obra “Para quando África?” já debatia da seguinte forma:

Não creio que se possa alfabetizar os africanos sem recorrer às línguas africanas. Em contrapartida, se recorrêssemos a essas línguas, poderíamos fixar-nos, como objetivo a médio prazo, assegurar a alfabetização total. Por conseguinte, seria necessário iniciar uma espécie de combate cultural, no nível da sociedade civil e política, a fim de vermos livres de uma praga tão vergonhosa como o analfabetismo, em vez de nos instalarmos na coabitação com ele (Ki-Zerbo, 2006, p. 152).

A afirmação de Ki-Zerbo nos faz refletir profundamente sobre a situação do analfabetismo na Guiné-Bissau que, em muitos momentos, é causada pelo fraco domínio da língua oficial. A Guiné-Bissau ainda tem 43,7% de habitantes que nunca frequentou a escola (INE/GB, 2009, p. 47). Isso é grave se refletirmos juntos com Nelson Mandela que afirmou “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo” (Mandela, 2003 Tradução nossa e livre).

A questão da complexidade da política da língua na Guiné-Bissau não é um fenômeno recente, mas, é fruto da política linguística colonial, que se instalou no país desde a época da colonização portuguesa. Ainda é possível perceber a dificuldade da implementação de uma política linguística capaz de responder os desafios que a sociedade guineense enfrenta em relação à língua oficial de ensino. Para Timbane, Quebi & Abdula (2014, p. 186), os principais objetivos da colonização portuguesa nos países Africanos eram pautados sobre o domínio e controlo total dos povos africanos com as suas políticas coloniais. O sistema colonial inclui a imposição da língua como instrumento dominador e de opressão.

2. Diferenciando o léxico do vocabulário: caminhos para análise do léxico do português guineense

Para Biderman (1996), o léxico se liga a todo um conjunto de conhecimentos resultante do processo de nomeação em qualquer língua que sempre se liga a uma operação perceptiva e cognitiva. A ‘morada’ do léxico é no sistema linguístico, é o espaço onde é aprendido e estocado na memória dos falantes. Farias (1998) define o léxico como o tesouro de palavras armazenadas e utilizadas para construção de frases/discursos numa língua determinada.

O léxico de uma língua é o conjunto de unidades lexicais submetidas às regras da gramática dessa língua, sendo “a conjunção da gramática e do léxico necessária e suficiente à produção (codificação) ou à compreensão (descodificação) das frases numa língua.” (Rey-Debove, 1984, p. 46). O léxico é amplo, é o conjunto completo de todas as palavras (incluindo neologismos, empréstimos e estrangeirismos) que se usam na formação de frases e sentido numa determinada língua.

é o conjunto das palavras numa língua, o que inclui evidentemente a maior parte dos morfemas (os morfemas livres) e todas as unidades codificadas de vários morfemas (palavras derivadas e compostas, lexicais). É a imagem do léxico que os dicionários nos dão. O léxico como conjunto de palavras convém bem ao que sabemos da frase, que se constrói com as mais altas das unidades codificadas disponíveis (Rey-Debove, 1984, p. 50).

Entendemos por vocabulário, o conjunto de palavras que ocorrem em determinado contexto do uso. Isso significa que o vocabulário é uma porção do léxico e pertence ao indivíduo, ao idioleto. É verdade que o indivíduo busca as palavras no léxico, mas a escolha do uso depende de falante para falante. Assim, o falante fará a escolha dessas palavras que farão parte do seu discurso. Por exemplo, na obra “Terra sonâmbula” se encontra o vocabulário de Mia Couto. Durante o uso do vocabulário, o falante pode ser influenciado pelo processo de neologia, fazendo com que sejam usadas palavras da matriz interna e externa (Sablayrolles, 2006).

Na linguística forense, o pesquisador identifica a autoria de um discurso de suspeito por meio do seu vocabulário. Ninguém fala igual ao outro, por isso na técnica da investigação o investigador verifica o vocabulário característico daquele indivíduo para chegar a uma conclusão.

É preciso prestar atenção ao fato de que o uso de cada palavra na frase se liga aos valores semânticos que a comunidade de fala usa ou reconhece. O mau uso pode causar constrangimentos. Por exemplo: dizer “Posso **meter** a mão?” ou “eu vou **comer água** no meu aniversário” pode criar interpretações diversas a depender do local ou da variedade que esteja usando. As interpretações variam

de cultura para cultura e de variedade para variedade Germain (2016) defende que o vocabulário se aprende e o léxico se adquire. É que o primeiro, pertence à fala, quer dizer, ao uso prático enquanto o segundo pertence à língua, o elemento abstrato.

A criança, quando aprende a falar, precisa memorizar o vocabulário dos seus pais para construir as primeiras frases. À medida que vai convivendo e entrando em contato com várias pessoas acaba adquirindo muitas outras palavras jamais ouvidas com os seus pais. O léxico só pode ser encontrado no seio da sociedade e o vocabulário situa-se ao nível do indivíduo. Timbane (2014) e Germain (2016) definem o léxico como elemento da cultura, daí usarem o termo **lexicultura**.

A lexicultura é o “conjunto de itens lexicais que caracterizam e especificam uma determinada comunidade linguística” (Timbane, 2014, p. 46). A lexicultura se subdivide em **geral** e **específica**. A primeira se refere ao “conjunto de itens lexicais que são identificados por toda comunidade linguística, neste caso comunidade lusófona” e a segunda seria “o conjunto de itens lexicais que caracterizam uma variedade ou variante específica, ou seja, pertence a um grupo restrito” (Timbane, 2014, p. 47).

As palavras do português que ocorrem apenas no contexto da Guiné-Bissau fazem parte da lexicultura específica. O específico se refere a um território natural ou geopolítico. A existência de lexicultura geral e lexicultura específica é normal em qualquer língua natural em uso no mundo. O que faz com que a língua se torne dinâmico é a mudança social. Quanto mais a sociedade muda, a língua caminha no mesmo sentido. Por isso mesmo quando o português saiu da Península Ibérica para a América, África e a Ásia adquiriu novas características daqueles povos que acolheram ou adotaram.

Outro conceito a ser explanado o de empréstimos e estrangeirismos. Todas as línguas se formaram por meio desse processo. Segundo Osunniran (2014), o francês recebeu contribuições de palavras de origem latina (86, 53%), de palavras germânicas (1,35%), palavras do escandinavo (0,12%) e céltico (0,08%). O processo neológico ainda continua, o que significa que é um processo que não para. Os estudos de Sablayrolles (2006) demonstram esse fenômeno que se manifesta, não apenas na língua, mas também nas variedades e variantes porque não se fala francês da mesma forma em toda a francofonia.

A criatividade lexical pode-se manifestar pela introdução de **estrangeirismos**. Eles são palavras provenientes de línguas estrangeiras que não estão integradas no léxico do português. O sentimento “estrangeirismo” não é infinito. Quer dizer, dura algum tempo até que aconteça a perda da **neologidade** (Bouzidi, 2010). Se perguntarmos a qualquer lusófono, de que língua são as palavras **sutiã**, **cachê**,

champanhe, carnê, cachecol, crochê, chique, balê, bijuteria, boate, bonê, abajur, cabaré, batom, chofer, bege, etc. é certo que dirá que são da língua portuguesa. Porquê? Porque perderam o sentido de novidade, do neologismo, de empréstimo. Perderam a nacionalidade francófona e adquiriram a lusófona. Da francofonia ficou a etimologia apenas. Empréstimo é um termo linguístico apenas e não significa que em algum momento haverá alguma devolução da palavra.

A perda de “sentimento neológico” não é automática. Depende da forma como os falantes utilizam as palavras (frequência do uso) ocorre de forma natural sem intervenção artificial até que se perca a identidade estrangeira. Os exemplos citados mostram que são palavras do francês que ao chegar no português perderam o sentido neológico ou de empréstimo e ganharam uma nova identidade (Timbane, 2012, p. 291). Um empréstimo é uma palavra usada para designar não só as palavras estrangeiras, mas também o processo de passagem de uma palavra de uma língua para a outra. É uma passagem abstrata e não pode ser vista a ‘olho nu.

O estrangeirismo acontece quando uma palavra de uma língua “A” passa a ser usada na língua “B” em que pelo menos uma das suas características de origem não foram desvirtuadas, nomeadamente a nível fonológico, a nível semântico e a nível ortográfico. Os estrangeirismos mantêm a grafia na forma escrita: *selfservice, shopping, notebook, show, outdoor, light, videogame, marketing, internet* entre outras. Os empréstimos fazem adaptação gráfica ou fazem adaptação semântica. Timbane (2012) mostra que qualquer verbo de uma língua estrangeira português terminará em **-ar** (1ª conjugação): **skiar, deletar, printar, tuitar,** etc.

3. A norma linguística em contexto da variedade guineense do português

A “língua”, a “variedade” ou ainda a “norma” sempre foram instrumentos de poder, de dominação. Pessoas que usam normas desprestigiadas são excluídas, recebem todo tipo de preconceitos e são colocadas à margem da sociedade. Sendo assim, tanto a língua, a variedade ou a norma não deveriam ser instrumentos de opressão e repressão. Timbane & Rezende (2016, p. 402, grifos dos autores) afirmam que na escola,

não é justo que as crianças reprovem duas três vezes na mesma classe (série) só porque ainda não dominam português. A criança já sabe dizer, raiz, caule, folhas, flores e frutos, por exemplo, na sua língua materna africana. Até sabe a importância da planta, conhece as regras da preservação, conhece a cura de algumas doenças através de raízes, folhas e caules, conhece a época da reprodução da planta, conhece os tipos de folhas na sua língua africana. Não é justo chamá-lo de **burro** nem **incapaz** trazendo ao de cima uma punição que se caracteriza por reprovações.

No período colônia era obrigatório o uso do português em ambientes frequentados pelos colonos/pessoas privilegiadas. Porque, o sistema colonial percebeu que a língua era uma das ferramentas muito importantes para a dominação e para o apagamento de valores culturais e sociais de um povo. Qualquer sociedade é munida de uma língua que expressa sua cultura, as suas tradições e as suas demais práticas sociais, porque não existe sociedade sem língua, pois, é através dela que os seus membros se comunicam e interagem.

Hoje se observa que a Guiné-Bissau ainda não alcançou a independência linguística, porque ainda depende e valoriza a variedade do português europeu para discutir a ciências, para produzir a literatura, entre outras atividades. Esta problemática precisa ser discutida profundamente, porque é possível desenvolver a educação a ciência e a cultura por meio da variedade do português guineense e das outras línguas locais. Como afirmam os autores aqui referidos,

com a chegada do sistema colonial, as línguas africanas passaram a ser desvalorizadas. A educação colonial privilegiava o português ensinando ao povo africano a ler e a escrever (...) todas as línguas africanas eram consideradas **dialetos** pela ideologia colonial. (Timbane, Quebi & Abdula, 2014, p.184, grifos nosso).

Baseando na fala dos autores citados, pode-se dizer que os colonialistas portugueses tinham interesse em oferecer aos guineenses uma educação baseada na leitura e na escrita, mas sem oferecer um conjunto de conhecimentos que fizesse com que se desenvolvessem as suas capacidades intelectuais de reflexão sobre a realidade em que estavam inseridos, ou seja, essa ideia colonialista visava perpetuar o analfabetismo por forma a que os guineenses não soubessem interpretar plenamente o seu mundo.

O sistema colonial fazia todo tipo de discriminação e de preconceito contra os falantes de todas as línguas africanas que se encontravam no solo guineense, alegando que estas não poderiam ser consideradas línguas, mas sim “dialetos”⁵, como apontam os autores acima referidos e outros que discutem a temática, como é o caso de Namone e Timbane (2018). Os colonos consideravam as línguas locais como inferiores, inadequadas, sem prestígio social em relação ao português, que era língua dos “civilizados”, das pessoas cultas. Tudo isso para poderem legitimar e impor a língua portuguesa sobre todas as outras línguas africanas, como constata Lopes (2014)

5. O termo dialeto “é usado para descrever uma variedade da língua, e possui uma grande carga de preconceito. Dialeto, muitas vezes, sugere a fala informal, a fala de grupos de classe baixa ou oriundos de área rural, como é o caso de dialeto rural do Brasil” (Mane, 2012, p. 43).

o colonialismo português, ao proibir a utilização das línguas autóctones como instrumento de comunicação social, não o fez por querer civilizar os povos africanos. Fê-lo para reprimir, evitar e retardar o aparecimento e o crescimento da consciência nacional. A impossibilidade de obter instrução materna, a degradação cultural e o esquecimento das tradições são sequelas do colonialismo mental. O povo moçambicano não se sentirá completamente reabilitado enquanto não recuperar a sua dignidade de um povo identificável com as suas origens linguísticas e culturais próprias (Lopes, 2004, p.231).

É importante frisar que esta ideia da legitimação ou da oficialização do português como a única língua oficial foi defendida por alguns intelectuais guineenses, e principalmente pelo Amílcar Cabral, considerado como pai da nação guineense, quando este afirma que “o português (língua) é uma das melhores coisas que os **tugas** nos deixaram” (Cabral, 1990, p. 59 apud Namone & TIMBANE, 2017, p. 47, grifos dos autores).

Couto (1990) indica que a Guiné-Bissau é um país multilíngue e multiétnico, que apresenta uma política linguística bastante complexa por ter quase 20 línguas/grupos étnicos locais, além do guineense. Mesmo assim, a língua portuguesa goza de um estatuto de privilégio e de prestígio social na Guiné-Bissau, posto que é utilizada nas administrações públicas, no ensino nas relações diplomáticas e no trabalho mesmo sendo uma língua que não coabita com a realidade sociocultural dos guineenses e que é falada por uma minoria da população.

É importante observar que a língua é importante para a identidade de um povo. Sendo assim, a oficialização do português como a única língua de uso mais “adequado” nos espaços sociais inibe os guineenses de utilizarem as suas diversas línguas africanas nos espaços mais importantes da participação política e das suas atividades diárias. Como aponta Timbane e Rezende (2016: 388), “o português oprime porque diferencia as oportunidades dos cidadãos nos diferentes setores da vida”. Na “Gramática da língua portuguesa”, Cipro e Ulisses (1998) reforça-se a ideia das desigualdades sociais que a língua do colonizador causa na sociedade, afirmando:

O português empregado pelas pessoas que têm acesso à escola e aos meios de instrução difere do português empregado pelas pessoas privadas de escolaridade. Algumas classes sociais, assim, dominam uma forma de língua que goza de prestígio, enquanto outras são vítimas de preconceito por empregarem formas de língua menos prestigiadas (...). O idioma é, portanto, um instrumento de dominação e discriminação social (Cipro & Ulisses, 1998, p.14).

Se analisarmos o contexto guineense, a variedade da língua portuguesa considerada como “correta” pode ser vista até certo ponto como um fator da exclusão em várias situações da vida social, econômica e cultural, porque só uma pequena parcela dos guineenses tem “domínio” da língua. A maior parte

da população, analfabeta ou analfabeta funcional, não consegue ter acesso aos privilégios oferecidos pela norma padrão.

No contexto da língua de ensino no país, o português é a única ferramenta linguística que se usa na sala de aula. Mesmo sendo uma língua à qual poucas famílias têm acesso no seu dia a dia, pode-se afirmar que, muitas vezes, o fraco domínio da variedade exigida pela escola influencia no insucesso e na evasão escolar. Devido ao pouco conhecimento da língua portuguesa por parte da maioria das famílias, muitos alunos são impossibilitados de terem contato efetivo e o domínio do seu uso, tanto na área urbana quanto na rural.

Para Neves & Morais (1992, apud Timbane, 2013), os alunos cujos pais foram alfabetizados, dominam a prática de decodificação do código escrito e têm tendências a se destacar linguisticamente em relação aos outros que frequentam a mesma turma. Isso acontece porque esses alunos têm prática da língua oficial desde o seio familiar. Outro tipo de aluno é aquele cujos pais tiveram condições financeiras de matricular em creche. Esse aluno domina grande parte dos conteúdos da primeira série de ensino.

Os alunos privilegiados de classe média alta são considerados os mais “inteligentes” na escola, são os que ocupam os cargos ligados a associações e representações estudantis. Isso acontece porque esses alunos são, na sua maioria, falantes do português como língua materna e são avançados no domínio da língua portuguesa, se comparamos com os restantes alunos.

A situação se agrava quando se refere ao ensino do português nas zonas rurais, porque há uma maior predominância das línguas africanas, de modo que os alunos precisam passar por vários processos: 1º saber escrever a língua portuguesa, 2º saber se expressar, e 3º conhecer a norma correta. Isso acaba gerando dificuldades na compreensão dos conteúdos e, às vezes, torna-se motivo de várias reprovações e desistências.

É importante sublinhar que tanto a política linguística quanto o planejamento linguístico são entidades que não são aplicadas de forma plena na Guiné-Bissau. A Constituição da República em (1996) nada se refere às línguas autóctones, nem deixa claro o lugar da língua portuguesa. E isso é grave se considerarmos a Constituição como a carta mais importante de qualquer país. O artigo 16ª da Constituição defende que “a educação visa à formação do homem” e o “Estado considera a liquidação do analfabetismo como uma tarefa fundamental”. Mas, na realidade, há poucos investimentos no setor da educação. Aprender uma língua, segundo Timbane, Cá e Manuel (2019), é obter conhecimentos sobre a cultura de uma variedade dessa língua. Os autores defendem que

o aluno tem uma cultura que é (por vezes) diferente da cultura de uma variedade da língua em estudo. Estamos sendo muito precisos ao falarmos da variedade de língua, pois aprender português com um professor português ou aprender português com um professor brasileiro você terá referências culturais de variedades bem distintas. Deve ficar clara a ideia de que há cultura do aprendente e há a cultura da língua alvo (Timbane, Cá & Manuel, 2019, p. 396).

Falando sobre “a linguística aplicada na África: desconstruindo a noção da língua”, Makoni e Menhof (2018) debatem que “o uso da linguagem na África é mais bem analisado em termos de redes transicionais e transnacionais” (Makoni & Menhof, 2018, p. 190). Isso significa que não se pode olhar as línguas africanas como fenômenos isolados. Muitas línguas são transnacionais e possuem um valor importante na vida dos povos. As línguas da Guiné-Bissau não são faladas só no país, elas transcendem para outros países da região. Proibir o seu uso é bloquear que os cidadãos possam se comunicar com outros povos dos países vizinhos. Por exemplo, o crioulo que existe na Guiné-Bissau também existe no Senegal (Casamance).

Geertz apud Makoni & Menhof (2008) defende que o “conhecimento local” é o conjunto de “crenças e discursos vernáculos que as pessoas criam não necessariamente vitimados pela instituição”. A educação formal não deve servir de instrumento de aculturação ou de incentivo para o abandono das identidades do aluno. Partindo das realidades e condições locais do aluno, é possível desenvolver uma educação que não desligue o aluno do seu contexto local e, ao mesmo tempo, dê a conhecer outras possibilidades que o mundo globalizado apresenta.

4. Caminhos metodológicos e análises

Segundo Prodanov & Freitas (2013, p. 49) “a pesquisa científica visa a conhecer cientificamente um ou mais aspectos de determinado assunto. Para tanto, deve ser sistemática, metódica e crítica.” Em termos de abordagem, a pesquisa foi qualitativa⁶ e os procedimentos seguiram uma pesquisa bibliográfica e de campo. A escolha da pesquisa bibliográfica se justificou pela necessidade da busca de teorias e outras noções básicas já publicadas sobre o assunto em pesquisa. A escolha da pesquisa de campo se justifica pela necessidade de ouvir os próprios falantes da variedade guineense do português para melhor compreender

6. Segundo Zanella (2013), o método qualitativo “pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados.” (p.35). O método qualitativo “não emprega a teoria estatística para medir ou enumerar os fatos estudados. Preocupa-se em conhecer a realidade segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, sem medir ou utilizar elementos estatísticos para análise dos dados.” (p.99).

os fenômenos da variação lexical. Por isso Labov (2006) defendia o estudo da língua em contexto real. Ele nos orienta a sair dos laboratórios e ir buscar (gravar, anotar, ouvir) as reais formas do uso da língua.

O instrumento de coleta foi a entrevista com 16 estudantes guineenses frequentando o ensino superior em diversos cursos. O uso da entrevista permitiu compreender que fenômenos léxico-semânticos são usados na fala dos guineenses. As entrevistas não foram gravadas, mas anotadas a partir das entrevistas. Os critérios da escolha dos informantes: (i) ser guineense, (ii) falar português, (iii) não estar morando fora da Guiné-Bissau há mais de 10 anos.

O primeiro aspecto a observar é que os guineenses poucas vezes falam português quando estão entre eles. Esse é uma realidade observada e, sobretudo, certificada por eles. A língua de comunicação entre eles é o guineense suficientemente discutido no início da pesquisa. O percurso do processo da criatividade lexical do português guineense deve ser compreendida a partir do guineense. Os fenômenos que ocorrem na criatividade do português guineense são diferentes daqueles que ocorrem no português angolano e moçambicano. Ora, no português angolano e moçambicano, a criatividade lexical ocorre por meio do processo de empréstimos e estrangeirismos vindos das línguas africanas faladas naquele país. Isso é comum e ocorre com mais frequência. Na primeira coleta foram identificadas as seguintes unidades lexicais:

Quadro 1. Palavras do Português guineense sem tradução literal para português brasileiro

Português Guineense	Português Brasileiro
Bideira	Mulheres vendedoras em mercados informais que geralmente se encontram nas calçadas (passeio) ao ar livre.
Toca-toca	Um tipo de transporte coletivo alternativo mais comum na Guiné-Bissau, que circula em diferentes bairros da capital.
Mandjundadi	Grupo de pessoas, geralmente da mesma faixa etária, que se organizam para suas diversões.
Tabanka	Aldeia habitada por um determinado grupo de pessoas, pode ser pessoas do mesmo grupo étnico ou não.
Toca-choro	Cerimônia tradicional, que se faz quando morre uma pessoa adulta.
Baloba	Local de cerimônias tradicionais.
Gã	Casa grande com várias pessoas da mesma descendência Ex: Gã Cá, Gã Monteiro, Gã da Silva, e entre outros.

Fonte: Dados da pesquisa

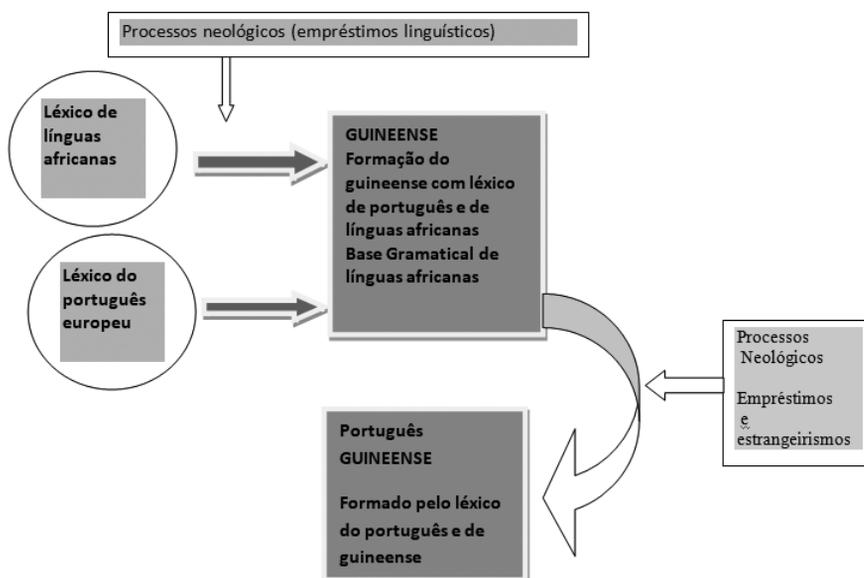
Quadro 2. Palavras do português guineense: influência das línguas étnicas

Léxico do Português Guineense	Português brasileiro
N'gaies, nkuman	Vem de balanta e significa “nomes destinado aos jovens que cumprem um ritual tradicional”
Bumbulum	Instrumento de comunicação em rituais em cerimônias (fúnebres ou tradicionais)
Djambakus	Curandeiro (consultas espirituais, previsões, curas de doenças)
Djafal	Tipo de peixe (peixe com muitas espinhas)
Irã	Espírito sobrenatural
Bolanha	Campo agrícola/ horta, espaço de cultivo de alimentos
Djagatu	Fruto silvestre que serve como tempero, geralmente quando se prepara quiabo coloca-se <i>djagatu</i>
Selébisonh	Peixe miúdo, peixe pequeno

Fonte: Dados da pesquisa

Há mais palavras vindas do guineense (crioulo) para o português como nos seguintes exemplos: (i) **Codê**: palavra para se referir último irmão que no Brasil é chamado caçula; (ii) **Candja**: quiabo, (iii) **Badjiki**: folha comestível que é usada no preparo de molho que é um prato que é acompanhada de arroz. Neste prato coloca-se **candja**; (iv) **djumbai**: resenhar, divertir; (v) **pude**: impossibilidade; (vi) **lebsi** ou **lebsis**: desrespeitar, (vii) **nhenha**: sorrir; (viii) **badjique**: legume entre muitas outras. A situação do léxico do português guineense se resume no seguinte esquema:

Esquema 1. Deslocamento lexical de uma língua ‘A’ para língua ‘B’ e depois para ‘A’
(Fonte: Elaboração Própria)



Primeiro, as palavras saíram do português europeu para a formação do guineense. Sabe-se que a formação do guineense resultou da contribuição lexical do português e das diversas línguas bantu. A base gramatical proveio das línguas africanas, tal como Timbane & Manuel (2018) discutem. Por isso mesmo se afirma que o guineense⁷ é de base lexical portuguesa e base gramatical das línguas bantu. Depois da formação e da consolidação do guineense surge um novo deslocamento do léxico, desta vez partindo do guineense para o português. Esse fenômeno resultou do contato entre o português e o guineense. Enquanto a sociedade muda, as línguas mudarão incessantemente.

Neste processo há perda e ganho de elementos da grafia e da pronúncia. Os guineenses usam muitas palavras do guineense para o português. Analisando a fala é possível perceber que a pronúncia de crioulo se manifesta no português guineense. Na morfologia, há omissão constante dos artigos definidos, característica presente no guineense. Sendo assim, a língua portuguesa nunca pode ser vista como fenômeno estático e imutável. As mudanças particularizam uma variedade e a tornam própria daquela comunidade. A língua portuguesa pertence a todas as ex-colônias de Portugal, uma vez que passou pelo processo de nativização e de africanização. Os falantes do português africano ganharam novas unidades lexicais. Alguns puristas criticam esta caminhada das línguas como se a língua pudesse ficar distorcida, impura e feia (Bagno, 2007; 2009) ao emprestar palavras novas. Quem pensa na pureza da língua estará equivocado, porque a língua é por natureza uma entidade abstrata, mutável no tempo e no espaço.

5. Como pensar o léxico do português guineense em sala de aula: propostas e possíveis caminhos

A disciplina língua portuguesa está presente desde o ensino primário até ao fim do ensino médio. É uma disciplina obrigatória. Os materiais de ensino utilizados na Guiné-Bissau em nenhum momento discutem a questão da variação linguística. Sabe-se que todas as línguas variam e mudam à medida que a sociedade varia. Não é possível que os guineenses falem como brasileiros ou portugueses. O que é fato é que os guineenses utilizam recursos linguísticos próprios da sua variedade apoiando-se na cultura e nas tradições locais.

O estudo de Santos & Svartman (2014) que fala sobre “o padrão entoacional neutro do português guineense”; o estudo de Carioca (2015) que fala sobre “A evidencialidade na fala dos guineenses focalizando as dificuldades da

7. Para mais debates sobre a língua guineense e a sua formação conferir o artigo “O crioulo da Guiné-Bissau é uma língua de base portuguesa? embate sobre os conceitos da Revista de Letras Juçara, v. 2, n. 2, p. 107 – 126, dez. 2018.

comunicação em língua portuguesa”; o estudo de *Ciro & Sampa (2017)* que fala sobre a “Língua portuguesa na Guiné-Bissau e a influência do crioulo na identidade cultural e no português”; o estudo de *Namone & Timbane (2017)* que fala sobre “Tensão entre escrita e oralidade no ensino-aprendizagem do português na etnia Balanta Brassá (Tombali) da Guiné-Bissau” só mostram que o português guineense é peculiar e diferente da variedade portuguesa do português. Se os guineenses têm uma forma própria de falar português por qual razão estariam obrigando a copiar o modelo europeu de português?

Os estudos de *Scantamburlo (2019)* apontam “erros de português mais frequentes nos falantes do crioulo guineense”: (i) a omissão do artigo; (ii) as dificuldades na flexão de número (singular/feminino) e do gênero (masculino/feminino); (iii) a falta de concordância entre o sujeito e o verbo; (iv) o uso do demonstrativo; (v) o uso das preposições e das conjunções; (vi) a coordenação de uma frase complexa; (vii) a ordem das palavras (sujeito, verbo, Complemento); (viii) respeitantes à Fonologia, os sons das duas línguas são diferentes: as vogais do Português são em número maior e o crioulo tem algumas consoantes próprias, com [dj], [tc], [n’]; (ix) respeitante à Semântica: as palavras mudam de significado nas duas línguas: por exemplo, a palavra “**de cor**”, “**lubu**”, “**pe**”, “**perna**”, “**lagartu**”, etc.

Esses “erros” tiveram em conta a variedade europeia do português. Aos olhos do sociolinguista não se trata de “erros de português” porque os estudos compararam duas variedades colocando uma superior a outra, quer dizer, os estudos tiveram como referência o português de Portugal. Sendo assim, o sociolinguista entende que não é em Portugal onde se fala melhor português ou se fala o português mais correto. Os bissau-guineenses não falam mal português, apenas falam diferente, tal como os brasileiros, os angolanos, os moçambicanos, os timorenses falam na base das suas respectivas realidades. Cabe ao linguista estudar essa variedade, normatizá-la sem oferecer nenhum juízo de valor. O respeito à variedade guineense de português reduziria em grande medida as reprovações que vem ocorrendo em contexto educacional guineense.

A realidade local nos indica que é necessário normatizar a variedade guineense de português, assim como a criação de dicionários que efetivamente registrarão a riqueza léxico-semântica desta variedade. Mas para isso é necessário estudos que possam sustentar teoricamente essa necessidade. A ausência de um dicionário que registra as unidades lexicais próprias da Guiné-Bissau ainda é um problema. Frustrar consulentes ao procurar unidades lexicais num dicionário em Portugal não é justo. O trabalho de *Scantamburlo (2019)* defende um “Ensino Bilingue Português-Crioulo Guineense” como forma de resolver os inúmeros problemas na educação bissau-guineense.

Com relação ao léxico, Scantamburlo (2019) defende que “o léxico do Crioulo Guineense deriva do Português por 80% do seu total.” Em muitos momentos os alunos falam português e se confundem com a língua materna deles, que é Guineense. Na nossa análise há aqui um deslocamento do léxico do português para o guineense por meio da criouliização e esse léxico retorna para o português pelo mesmo processo. Porque as interferências lexicais do guineense estão presentes no português.

6. Conclusão

Pode-se afirmar que o ensino não pode criar analfabetos funcionais, porque isso não cria nenhuma mudança social. A educação guineense não valoriza o guineense como uma língua importante que serviria de língua da ciência. O colonialismo linguístico ainda está presente na Guiné Bissau, uma vez que a variedade guineense do português e as línguas locais não são valorizadas pela política, como se os guineenses falassem português como em Portugal. Uma política linguística positiva é aquela que não desvaloriza as línguas faladas pelos cidadãos. O direito à fala, à expressão são direitos humanos e linguísticos (Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, 1996).

A proibição ou a falta do incentivo no uso de uma variante ou das línguas autóctones é uma violação clara à cultura, porque a língua é, ao mesmo tempo, cultura (Kialanda et al., 2019). Os autores sublinham as relações existentes entre uma língua e a cultura envolvente, daí o termo **cultolinguística**. Muitos aspectos da cultura podem ser compreendidos e interpretados por meio da língua. A língua não apenas comunica, mas também oferece um conjunto de códigos e segredos socioculturais que envolvem uma comunidade.

A política linguística da Guiné-Bissau ainda não valoriza o conhecimento local, porque, num país multilíngue e multicultural, é preciso estabelecer políticas de inclusão e não de exclusão. Mendes (2019) discute longamente esta questão e designa essa forma pedagógica de **etnocurrículo**. Em seu estudo, reclama da exclusão das realidades sociolinguísticas e culturais na escola porque a pedagogia usada é eurocentrista, uma vez que valoriza o que vem da Europa e, conseqüentemente, exclui as realidades guineenses. É necessário que a língua em todo mundo seja vista como um instrumento de poder, ou seja, se institucionalizassem o balanta como a língua oficial, ela aumentaria o poder de uso. As línguas não poderiam representar instrumento de exclusão, mas sim de união de povos em nome de uma harmonia social.

Em vista disso, é importante salientar que é responsabilidade do governo guineense criar políticas linguísticas para elaboração de materiais escolares que

se adequam com a variedade do português guineense, pois a língua e a cultura são dois elementos estreitamente ligados. Por isso, não seria correto levar para a sala de aula ou para uma comunidade uma variedade de língua que se distancia da realidade dos educandos.

Retomando as hipóteses pode se afirmar que os empréstimos não provêm das línguas bantu (línguas étnicas) faladas no país. Elas provem do guineense. A primeira hipótese foi refutada porque há pouquíssimas contribuições lexicais das línguas étnicas no português. A contribuição lexical do guineense aparece de forma indireta usando como estratégia as palavras do guineense para o uso do português local. As palavras novas não são incentivadas pelo impacto que as línguas locais se sobrepõe com relação a língua do colonizador; Não foram observados empréstimos vindos do inglês talvez porque naquela região predomina a francofonia. As palavras do inglês mais usadas são aquelas que são comuns em todos os PALOP. O português guineense sendo uma variedade do português com características próprias precisa ser valorizado incluindo a construção de instrumentos do tipo dicionários que possam ser usados para consulta nas escolas. Os corpora da construção desse dicionário deverá sair dos materiais escritos e orais produzidos em contexto do uso corrente daquela variedade.

7. Referências

- Bagno, M. (2007). *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola.
- Bagno, M. (2009). *Não é errado falar assim: em defesa do português Brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- Biderman, M.T.C.(1996). Léxico e vocabulário fundamental. *Alfa*, São Paulo, 40(1): 27-46.
- Bortoni-Ricardo, S.M.(2004). *Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula*. São Paulo: Parábola.
- Bouzidi, B.(2010). Néologicité et temporalité dans le processus néologique. *Synergies*, 9(1): 27-36.
- Calvet, L.-J.(2007). *As políticas linguísticas*. Trad. Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola.
- Carioca, C. R. (2015). A evidencialidade na fala dos guineenses focalizando as dificuldades da comunicação em língua portuguesa. *RBLA*, Belo Horizonte, 15 (1):131-147.
- Cipro, N. P.; Infante, U. *Gramática de Língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.
- Cisse, M.(2012) Langues, état et société au Senegal. *Revue Electronique Internationale de Sciences du Langage Sudlangues*. Dakar, s.d. 5(1): 99-133.
- Couto, H. H.(1990). Política e planejamento linguístico na Guiné-Bissau. *Papia*. São Paulo, 1: 47-58.
- Couto, H. H.; Embaló, F. (2010). Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau: um país de CPLP. *Papia*. Ed. Thesaurus, nº 20.

- Farias, E. M. P.(1998). A relação entre o léxico e o dicionário. *Letras*, 20 (1/2), jan./dez.
- Germain, C. (2016). Le vocabulaire s'apprend, le lexique s'acquiert. *Synergies*, Lisboa, 4: 73-84.
- Guiné-Bissau.(1996). *Constituição da República*. Bissau: Assembleia Nacional Popular.
- Instituto Nacional De Estatística. (2014). *Estatísticas Básicas da Guiné-Bissau*. Bissau: INE.
- Kialanda, K.S. et al.(2019). O kikongo e a cultura do Povo Bakongo: a cultolinguística nos nomes próprios. *Revista Versalete*. Curitiba,7 (7): 72-91, jan.-jun.
- Ki-Zerbo, J. (2006). *Para quando a África?* Rio de Janeiro: Pallas.
- Labov, W. (2008). *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola.
- Leviski, C. E.; Timbane, A. A.(2020). A Guiné-Equatorial no cenário lusófono: política e planejamento linguísticos. in: Souza, S.; Olmo, F. C. Del. (Org.). *Línguas em português: a lusofonia numa visão crítica*. Porto: U. Porto, p.119-136.
- Lopes, J. de S.M.(2004). *Cultura acústica e letramento em Moçambique: Em busca de fundamentos antropológico para uma intercultural idade*. São Paulo: Educ.
- Makoni, S.; Meinhof, U.(2008). Linguística aplicada na África: Desconstruindo a noção de língua. In: Lopes, L. P. da M. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. 2.ed. São Paulo: Parábola, p.191-214.
- Mandela, N.R.(2003). *Lighting your way to a better future*. Planetarium. University of the Witwatersrand, Johannesburg, 16th July. Disponível em: <http://www.mandela.gov.za/mandela_speeches/2003/030716_mindset.htm>. Acesso em: 16 jan.2020.
- Mane, D.(2012) As concepções de língua e dialeto e o preconceito sociolinguístico. *Via Litterae: Revista de Linguística e Teoria Literária*. Anápolis, 4 (1): 39-51.
- Mendes, L.V.(2009). *(Des)caminhos do sistema de ensino guineense: avanços, recuos e perspectivas*. Curitiba: CRV.
- Namone, D.(2020) *Educação tradicional e moderna na Guiné-Bissau e o impacto da língua portuguesa no ensino: caso das crianças da etnia Balanta-Nhacra de Tombali*. 348p. (Tese). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual paulista Julio de mesquita Filho, Araraquara.
- Namone, D. & Timbane, A. A.(2017). Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau: 43 anos após a independência. *Mandinga-Revista de estudos linguísticos*, Redenção-CE, 1 (1): 39-57.
- Ngunga, A.(2015) *Introdução à linguística bantu*. 2.ed. Maputo: Imprensa Universitária.
- Osuniran, T. A.(2014). Le lexique en français et en yoruba: Modes d'enrichissement. *IOSR Journal of Humanities and Social Science*. 19 (9): 53-61.
- Pradonov, C.C. & Freitas, E. C de. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2.ed. Novo Hamburgo: FEVALE.
- Rey-Debove, J. (1984). Léxico e dicionário. *Alfa*, São Paulo (supl.). Trad. de Clóvis Barleta de Moraes. (28): 45-69.
- Sablayrolles, J-F.(2006). La néologie aujourd'hui. Gruaz, Claude Lambert-Lucas, Lomoges (Eds.). *A la recherche du mot: de la langue au discours*. p.141-157.

Santos, V.G. dos & Svartman, F.R.F. (2014). O padrão entoacional neutro do português de Guiné-Bissau: uma comparação preliminar com o português brasileiro. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 43 (1): p. 48-63.

Scantamburlo, L.(2019). O ensino-aprendizagem da língua portuguesa no Projecto Ensino Bilingue Português-Crioulo Guineense (Paebb). In: Carvalho, C.; Barreto, M. A. & Santos, F. (Org.). *COOPEDU IV: cooperação e educação de qualidade*. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais, p.201-214.

Severo, C. G.(2013). Políticas linguística(s) linguística(s) e questões de poder. *Alfa*, São Paulo. 57 (2): 451-473.

Silva, C. L. da; Sampa, P. J.(2017). Língua portuguesa na Guiné-Bissau e a influência do crioulo na identidade cultural e no português. *RILP - Revista Internacional em Língua Portuguesa* (31): 231-248.

Timbane, A. A. (2012). Os estrangeirismos e Os empréstimos no português falado em Moçambique. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas. 54 (2).

Timbane, A. A.(2013). *A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique*. 318p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara.

Timbane, A. A. (2014). A lexicultura no português de Moçambique. *Linguagem: estudos e pesquisas*, Catalão-GO, 2: 43-59.

Timbane, A. A. (2019). Política linguística na África lusófona e a revitalização das línguas autóctones: 40 anos após as independências. Silva, A. R. da. & Araújo, G. P. de. (Org.). *As novas rotas da globalização: debates e mudanças em pauta*. Curitiba: CRV, p. 57-78.

Timbane, A. A.; Namone, D. (2018). Tensão entre escrita e oralidade no ensino-aprendizagem do português na etnia Balanta Brassa (Tombali) da Guiné-Bissau. *Entre Parênteses*, 7(1): s.p.

Timbane, A. A.; Quebi, D. O. & Abdula, R. A. M.(2014). As políticas linguísticas e o desenvolvimento endógeno em África. *Web-Revista Sociodialeto*. 5 (13): 178-202.

Timbane, A. A.; Rezende, M. C. M. (2016). A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique. *Travessias*. 10 (3): 388 - 408.

Timbane, A. A.; Manuel, C. (2018). O crioulo da Guiné-Bissau é uma língua de base portuguesa? embate sobre os conceitos. *Letras Juçara*. Caxias – Maranhão, 2 (2): 107 – 126.

Timbane, A. A.; Cá, S. & Manuel, I. M. N.(2019). Metodologia do ensino de língua francesa em cursos de extensão no Brasil. in: Timbane, A. A. & Paim, R. O. (Org.). *Temas em debate: a educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Dictio Brasil, p.393-422.

Zanella, L.C. H.(2013). *Metodologia de pesquisa*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC.